

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 7.163, DE 2014

(apensados PL n. 6.838/2017 e PL n. 6.939/2017)

Amplia o rol de hipóteses que configuram a violência doméstica e familiar contra a mulher, modificando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autora: Deputada ERIKA KOKAY

Relatora: Deputada CARMEN ZANOTTO

I - RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão, em regime de tramitação ordinária (art.151, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados), o **Projeto de Lei nº 7.163, de 2014**, que amplia o rol de hipóteses que configuram a violência doméstica e familiar contra a mulher, modificando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

O texto é composto por três artigos, sendo que o segundo insere três novos incisos no art. 5º, da lei supramencionada, nos seguintes termos:

“Art. 5.º.....

.....

IV – com abuso de confiança ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;

V – com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;

VI – com abuso de autoridade ou quando a ofendida encontrava-se sob a imediata e direta proteção da autoridade ou submetida a programa especial de

proteção”. (NR)

Foram apensados ao projeto de lei em análise os de nº 6.838/2017 e 6.939/2017.

O primeiro, de autoria do Deputado Sinval Malheiros, pretende alterar o inciso II do art.5º da Lei Maria da Penha, a fim de dispor que será ambiente de prática de violência doméstica o “(...)âmbito da família, ou eventos que congreguem famílias, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa, ainda que a agredida não apresente vinculação com o agressor”.

Já o segundo projeto apensado almeja acrescentar ao art. 5º da Lei 11.340/2006 os seguintes dispositivos:

“Art.5º.....

.....

§1º As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

§2º As medidas protetivas de urgência poderão ser aplicadas às mulheres vítimas de violência, sem qualquer relação íntima de afeto com o agressor, cometidas fora do âmbito da unidade doméstica ou da família, caso tais medidas se mostrem necessárias para a garantia de sua integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral”.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Seguridade Social e Família para emissão do respectivo parecer.

É o Relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito do presente Projeto de Lei, com fulcro os termos do art. 32, XVII, alínea “t”, do

Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Passemos, portanto, à análise do projeto principal e seus apensos.

Inicialmente ressaltamos que a Lei nº 11.340/2006, a chamada “Lei Maria da Penha”, criou mecanismos para impedir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgado em 2013 estima que o Brasil registrou entre 2009 e 2011 quase 17 mil mortes de mulheres, apenas pelo fato de serem mulheres. O Ministério da Saúde revelou que em 2013 que o Sistema Único de Saúde recebeu em seus hospitais e clínicas em média duas mulheres por hora com sinais de violência sexual. Isso sem contar o sistema privado de saúde. Em entrevista à BBC Brasil, Eleonora Menicucci, ex-secretária de políticas para as mulheres da Presidência da República, disse que 60 ou 65% dos casos o agressor é um conhecido da família.

Mais recentemente, o DataSenado apresentou, em agosto de 2015, a Pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, informando que as mulheres se sentem mais desprotegidas. Do universo pesquisado (1.102 mulheres) praticamente 49% das brasileiras vítimas de violência doméstica teve como agressor o companheiro. Outras 21% mencionaram ter sido agredida pelo ex-namorado, ex-marido, ex-companheiro e 3% foram vítimas do namorado. A pesquisa também mostrou que as mulheres sofrem violência psicológica 48%, moral 31% e patrimonial 11%.

Em face deste cenário, confirmado por inúmeras pesquisas é necessário o tratamento diferenciado às mulheres que não são respeitadas.

Incumbe salientar que a Lei Maria da Penha tem por missão fornecer ferramentas pertinentes ao enfrentamento de um grave problema que assola grande parte das mulheres em todo o mundo: a violência de gênero.

Importante destacar que como se encontra redigida a Lei nº 11.340, de 2006 agressões ao gênero feminino deixam de ser adequadamente punidas. Daí a relevância da proposição em tela, ao permitir que sejam

abarcadas pela legislação situações que ocorrem no cotidiano que vão além do núcleo doméstico.

Dessa maneira, sobreleva dizer que o art. 5º, da lei retromencionada, traz em seu bojo as hipóteses em que a citada violência de gênero ocorre. Trago à colação, portanto, o seu teor:

“Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual”.

Nesse diapasão, importante notar que o sujeito ativo do crime praticado contra a mulher pode ser qualquer pessoa, devendo-se levar em consideração, tão-somente, se o mesmo se deu no âmbito da relação doméstica, de relação familiar ou de intimidade, não importando o gênero do agressor.

O presente Projeto de Lei, como já ressaltado, tem por intenção a inclusão de outras três hipóteses no aludido rol, consistente em qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: **(1)** *com abuso de confiança ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;* **(2)** *com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão;* e **(3)** *com abuso de autoridade ou quando a ofendida encontrava-se sob a imediata e direta proteção da autoridade ou submetida a programa especial de proteção.*

Entendemos que a primeira hipótese arrolada pelo PL 7.163/2014 - “com abuso de confiança ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade”, já está contemplada no inciso I do art. 5º da Lei 11.340/2006, que aduz o seguinte: “no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas(..)”.

No caso das hipóteses 2 (com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão) e 3(com abuso de autoridade ou quando a ofendida encontrava-se sob a imediata e direta proteção da autoridade ou submetida a programa especial de proteção), entendo salutar a modificação legislativa, uma vez, que, assim, aumenta-se o espectro de proteção das mulheres, atingindo-se ainda mais o objetivo do legislador, qual seja, a criação de mecanismos cada vez mais eficazes para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

No tocante aos projetos de lei apensados, tem-se que ambos não merecem prosperar.

O PL 6.838/2017, como já narrado, busca alterar a redação do inciso II do art.5º, inserindo na legislação um novo conceito de família, mas que já se encontra albergado na lei em vigor, tanto no inciso I, quanto no inciso II do art.5º da Lei 11.340/2006. Destarte, manifesto-me pela sua rejeição.

Da mesma forma, o PL 6.939/2017, cujo conteúdo fora explicitado acima, foge ao escopo da Lei Maria da Penha. Vale registrar que no art.5º da lei vigente já consta a previsão de que relações pessoais enunciadas no artigo independem de orientação sexual. Com relação à previsão sobre as medidas protetivas de urgência, fugiu-se ao escopo da Lei 11.343/2006, é dizer, âmbito da unidade doméstica, familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Ademais, em razão do seu caráter especial, a Lei Maria da Penha deve ter seu âmbito de aplicação circunscrito ao motivo que deu ensejo a sua criação, qual seja, coibir a violência familiar e doméstica contra a mulher, conferindo normativa criminal mais austera àquele que se vale de tal situação

para a prática de violência física, psicológica, patrimonial e/ou moral contra a vítima.

Ante o exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.163, de 2014, com a emenda apresentada, e pela rejeição dos Projetos de Lei apensados 6.838/2017 e 6.939/2017.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI N. 7.163, DE 2014

Amplia o rol de hipóteses que configuram a violência doméstica e familiar contra a mulher, modificando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autora: Erika Kokay

Relatora: Carmen Zanotto

EMENDA

Exclua-se do texto do Projeto de Lei 7.163 de 2014 o inciso IV do art. 5º, inserto no art.2º da proposição, renumerando-se os demais incisos.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada CARMEN ZANOTTO
Relatora